

Este trabalho é disponibilizado on-line graças à autorização da editorial AnteQuem

www.antequem.it

Universidade de Évora
CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades

ricerche
series maior 1

Universidade de Évora
CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades

Changing Landscapes

The impact of Roman towns in the Western Mediterranean

Proceedings of the International Colloquium, Castelo de Vide - Marvão 15th-17th May 2008

edited by
Cristina Corsi and Frank Vermeulen

With contribution of:

Universidade de Évora - CIDEHUS



FCT



Universiteit Gent



Università degli Studi di Cassino
Dipartimento di Filologia e Storia



© 2010 Ante Quem soc. coop.

Ante Quem soc. coop.

Via San Petronio Vecchio 6, 40125 Bologna, Italy - tel. / fax +39 051 4211109

www.antequem.it

redazione e impaginazione: Enrico Gallì, Cristina Servadei

ISBN 978-88-7849-055-0

SUMMARY

Foreword <i>João José dos Santos Sentieiro</i>	7
Prefácio <i>Mafalda Soares da Cunha, Filipe Themudo Barata</i>	9
Introduction <i>Cristina Corsi, Frank Vermeulen</i>	11
Town and country in the early Roman West – a perspective <i>Martin Millett</i>	17
Iberia and Italia: Issues and challenges in the comparative study of Roman urbanism <i>Simon Keay</i>	27
La “romanisation” des campagnes sardes: un bilan des recherches récentes <i>Cinzia Vismara</i>	47
The role of Roman towns in the Romanization process in Corsica. The case-study of <i>Mariana</i> <i>Cristina Corsi, Caterina Paola Venditti</i>	69
Romanisation et dynamiques territoriales en Gaule centrale. Le cas de la cité des Arvernes (II ^e s. av. J.-C.–II ^e s. ap. J.-C.) <i>Frédéric Trément</i>	85
Implantation romaine et développement du territoire dans la colonie de Béziers <i>Monique Clavel-Lévêque</i>	105
Histoire d’une conquête. Dynamiques sociales et intentions programmatiques dans l’architecture et l’urbanisme de la Cisalpine occidentale et de la Gaule Narbonnaise en époque républicaine avancée <i>Elisa Panero</i>	117
L’occupation romaine de la Cerdagne: transformations d’un paysage pyrénéen pendant l’antiquité <i>Oriol Olesti i Vila, Oriol Mercadal i Fernandez</i>	129
Asentamientos rurales y estructuración de la Layetania interior (Barcelona): romanización e impacto de los programas de organización territorial <i>Marta Flórez Santasusanna, Josep M. Palet Martínez</i>	141
Modelación y conceptualización del paisaje romano en el <i>ager Tarraconensis</i> : <i>Tarraco</i> y la centuriación del territorio <i>Josep M. Palet Martínez, José I. Fiz Fernández, Hèctor A. Orengo Romeu</i>	167
The impact of the organization of territory in a provincial capital: The colony of <i>Tarraco</i> and the <i>ager Tarraconensis</i> <i>Ramon Járrega Domínguez</i>	185

The <i>ager Tarraconensis</i> project (right side of river Francolí) (PAT): The application of geophysical survey to identify rural Roman settlement typologies <i>Marta Prevosti, Kristian Strutt, Cèsar Carreras</i>	205
Mudanças da paisagem cultural na baía de Algeciras (Cádiz, Espanha). Paisagem e território de <i>Carteia</i> <i>Lourdes Roldán, Juan Blánquez, Dario Bernal, José Juan Díaz</i>	217
An approach to landscape changes in the Bay of Gibraltar through the cartography <i>Helena Jiménez Vialás</i>	237
Urban forms and social space of <i>Italica</i> in Roman Imperial times <i>Margherita Carucci</i>	253
The Romanization process of an agrarian landscape: La Serena region <i>Victorino Mayoral Herrera, Rebeca Cazorla Martín, Sebastián Celestino Pérez</i>	263
<i>Bracara Augusta</i> and the changing rural landscape <i>Manuela Reis Martins, Helena Paula Abreu de Carvalho</i>	281
Variação e constância na ocupação de <i>Conimbriga</i> e do seu território <i>Virgílio Hipólito Correia, Adriaan De Man</i>	299
From cityscape to landscape in Roman <i>Lusitania</i> : the <i>municipium</i> of <i>Ammaia</i> <i>Frank Vermeulen, Devi Taelman</i>	311
Mesas do Castelinho (Almodôvar): A case of a failed Roman town in southern <i>Lusitania</i> <i>Carlos Fabião, Amílcar Guerra</i>	325
Changement et continuité: la romanisation à Chãos Salgados, Santiago do Cacém – <i>Mirobriga?</i> – (Portugal) <i>José Carlos Quaresma</i>	347
<i>Ab Oppido ad Urbem</i> : Algarve's urban landscape variations throughout the Roman age <i>João Pedro Bernardes</i>	357
El sustrato libiopúnico y el proceso de transformación del paisaje extraurbano en el África Romana <i>Fernando Prados Martínez</i>	369
Romanization and definition of commercial areas in <i>Africa Proconsularis</i> : The examples of <i>Leptis Magna</i> and <i>Thugga</i> <i>Lilia Palmieri</i>	385
List of Authors	393

VARIAÇÃO E CONSTÂNCIA NA OCUPAÇÃO DE *CONIMBRIGA* E DO SEU TERRITÓRIO

Virgílio Hipólito Correia, Adriaan De Man

RESUMO: Muitas das evoluções do território conimbrigense enquadram-se nos cânones gerais tradicionalmente aceites para um núcleo urbano do Centro da Lusitânia. Destacam-se em simultâneo diversas particularidades que caracterizam o longo período que medeia a época republicana e a medieval.

KEYWORDS: Roman Territory, Rural Settlement, Urban Transformations.

EVOLUÇÃO REPUBLICANA E ALTO-IMPERIAL

A análise do papel da cidade romana na transformação das estruturas territoriais do seu entorno pode ser articulada em dois voletes de um díptico: o primeiro é o do momento fundacional (assim, sumária e algo erroneamente designado um momento a partir do qual, convencionalmente, se designa um núcleo populacional de “cidade”) o segundo é o da evolução posterior que, em função do registo arqueológico próprio dessa cidade se pode verificar ter existido (Correia, 1998).

No caso de *Conimbriga*, a longa história pré-romana do local (que todavia, no que diz respeito ao registo arqueológico, é bastante desapojada) e a importância do local a partir do período imperial, com o correspondente registo arqueológico apto a ser manobrado (Correia, 1993), leva-nos a estabelecer uma cesura cronológica em 136 a.C., data do fim da expedição de Decimus Iunius Brutus, que corresponde à integração (ainda que meramente formal tenha ela sido) de *Conimbriga* no orbe romano.

É útil, neste ponto recordar um passo de Apiano (*Iber.* 73; seg. Araújo & Cardoso, 1991), a propósito de *Talabriga* (verosimilmente no Cabeço do Vouga e, seja qual for a sua localização, a mais próxima cidade pré-romana ulteriormente transformada em capital de *civitas* a norte do Vale do Mondego e da área de *Conimbriga* e *Aeminium*: em todo o caso um bom exemplo histórico para a cidade que importa tratar; cfr. Lopes, 2000).

O aspecto essencial do trecho é o de se mencionar inequivocamente a existência de propriedade pública. É sobre este aspecto que se vai tentar desenvolver o essencial da argumentação sobre o impacto territorial do “nascimento” e evolução da cidade de *Conimbriga*.

Infelizmente, para *Conimbriga* e toda esta região, o período que se estende das campanhas do Galaico a Augusto é uma “idade das trevas” em que só a informação numismática está disponível (Fouilles III; Ruivo, 1997), sendo muito escasso o conhecimento directo do terreno (Pessoa, 1986).

Mas a informação numismática atesta uma rápida integração da economia monetar nas estruturas locais. Existe, todavia, uma dificuldade propriamente conceptual: qual a diferença, para as comunidades locais, entre a situação pré-monetar e a situação moderadamente monetizada que a conquista romana acarreta? Como se reflecte essa mutação no cálculo e arrecadação dos fenómenos tributários que, devemos supor, já existiriam antes da conquista e que, com ela, sofreram mutações quantitativas e de agente colector? Qual a pressão desses fenómenos no sistema e no ecossistema?

É claramente mais fácil, quando existe informação disponível (como relativamente aos centros emissores de moeda) verificar que, após esse momento “fundacional” a progressão é geométrica e que a exactidão romana era eficaz e tinha implicações muito vastas, também certamente sobre a exploração dos recursos disponíveis nos territórios envolventes (v.g., a propósito de Alcácer do Sal, Correia, 2004a).

Mas mais importante, como se pode verificar na sequência da presente análise, é a introdução no seio das realidades locais, de conceitos jurídicos romanos que vão conformar e, em certa medida, reorientar essas realidades.

O momento essencial da transformação de *Conimbriga* em cidade romana coloca-se sob Augusto e é possível propor que revestiu a forma de *contributio*: a reunião, numa aglomeração de dimensões apreciáveis, de populações dispersas até aí por vários outros locais (Bendala, 2004).

A cronologia do processo pode ser precisada. A intervenção em *Conimbriga*, que deve ter sido um projecto indirectamente conduzido, terá ocorrido depois da organização da província durante a estada de Augusto em Tarragona (26-25 a.C., Mommsen, 1909), que tem, entre outros efeitos, a fundação de Mérida (25 a.C., Alvarez, 1976) e de outras colónias como Beja (31-27 a.C., Faria, 1989; ou 29-25 a.C., Lopes, 2003). No entanto a data de construção do fórum constitui um *terminus post quem* do fenómeno. Esta tem sido apontada como certamente anterior a 10 d.C., devido à inexistência nos estratos de construção do fórum de “terra sigillata” itálica, que é de resto bem conhecida na cidade. A construção antedataria, portanto, o início das importações sistemáticas (Fouilles I, pp. 182-183; Fouilles IV, p. 348 e a discussão em *Conimbriga*, 1975, pp. 30-31). O argumento parece ser aceitável e não é afectado pela evolução do nosso conhecimento sobre as produções em causa (Ettlinger, 1990). Isto permite apontar o período de 25 a.C. a 10 d.C. como a data dessa *contributio*.

Não se adequa o presente contexto a uma discussão aprofundada do significado técnico-jurídico e do impacto demográfico e territorial da *contributio* – o *sinæcismo* dos gregos – importando apenas ressaltar a conexão que é necessário estabelecer entre a propriedade pública mencionada no referido passo de Apiano e este fenómeno de nucleação, no sentido de concluir que *Conimbriga* se torna um centro económico de uma área alargada e apontar para o facto de, em datas muito antigas, haver em *Conimbriga* evidência da manutenção no novo contexto imperial, das estruturas gentilitárias pré-romanas – que se irão analisar mais em pormenor – e que, considerando que a própria cidade não é nunca objecto de uma profunda remodelação urbanística e que a sua estrutura urbana de raiz indígena e que o próprio cadastro pré-romano sobrevivem (Correia, 2004b), não é crível pensar, que outro tenha sido o destino dessas estruturas proprietárias públicas que não também o da sobrevivência.

A primeira das evidências epigráficas é a dedicatória *Lares Lubanci*, relacionados com uma parte (a residente em *Conimbriga*) dos Dovilónicos (Fouilles II, n. 11) (Fig. 1). A referência gentilitária demonstra, para além da manutenção das estruturas religiosas tradicionais, para o muito provável facto de o fenómeno de *contributio* não ter sido radical nem completo. A aglomeração de população em *Conimbriga* não terá implicado a completa deslocação das populações residentes noutros povoados (de onde a referência por elipse aos Dovilónicos “de outros lugares”), mas os contingentes demográficos foram suficientemente importantes (e o processo de aglomeração levado a cabo através de um mecanismo de coerção suficientemente subtil) para permitir, ou mesmo favorecer, a manifestação da identidade gentilitária num quadro

urbano, romano e com um formulário também ele completamente romanizado.

A segunda evidência epigráfica refere uma dedicatória a *Mars Neto* (um *interpretatio* desconhecida alhures) por um notável da cidade e um outro indivíduo que se reclama «de vico Baedoro» e pertencente à *gens* dos Pintones ou Pintónicos (CIL, II, 365, perdido, Fouilles II, n. 15). Ainda que a interpretação tradicional seja a que estamos perante um



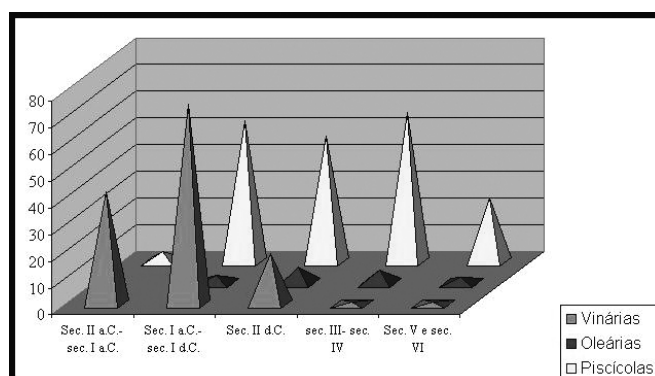
1. Inscrição dos Dovilonicorum (MMC Inv n. A44)

magister de uma aldeia do território de *Conimbriga*, que se desloca à sede da *civitas* para um acto de piedade pública, existe uma hipótese alternativa que consideramos mais credível. É possível que esta expressão da existência de um *vicus*, feita em contexto urbano, corresponda a um *vicus* urbano, a um bairro em suma (sobre o conceito: Lott, 2004; para o caso de Córdoba: Rodríguez, 1976; Carillo *et alii*, 1998, p. 38; Fishwick, 2000, pp. 100-101). Segundo esta hipótese as *gentilitates* envolvidas na *contributio* de *Conimbriga* teriam aí mantido a sua identidade sob a forma de uma organização vicana que (transitoriamente, é claro) assegurava a coesão social numa conjuntura certamente traumática. Este elemento faz eco também à organização compitalícia que Augusto fomenta em Roma, precisamente com os mesmos objectivos (Lott, 2004).

A terceira evidência epigráfica é um par de grafitos sobre *dolia*, que se refere a um possível *fundus*, designado por um nome colectivo “*Callanorum*” (Correia, 2005), que é certamente uma referência a outra gentilidade.

Neste contexto de concentração urbana das estruturas gentilitárias possidentes, certamente acompanhada de uma emergente intensificação da exploração agrícola, será interessante indagar da morfologia da exploração, designadamente no que diz respeito às produções preferidas.

Não dispomos de dados directos, mas o estudo estatístico das importações de contentores anfóricos para *Conimbriga* (Alarcão *et alii*, 1976; Correia & Buraca, no prelo) permite, pelo menos indirectamente, extrapolar qual a situação do território da cidade no que diz respeito a duas principais produções de rendimento (o vinho e o azeite) e, desse modo, reconstituir um pouco do que pode ter sido a evolução ecológica do território (Fig. 2).



2 Importação de ânforas para Conimbriga (V.H. Correia & I.S. Buraca)

A assinalável escassez de ânforas oleárias ao longo de todo o período imperial significa evidentemente que há uma produção local desse produto, que torna dispensável a importação. É possível que parte dessa produção fosse canalizada para os circuitos comerciais anónimos, pois havia *diffusores* instalados no Ocidente da Lusitânia (Loyzance, 1988), e é muito provável que os *dolia* fossem o contentor utilizado na primeira fase do comércio, a da reunião de produto em quantidade adequada ao trasvase para ânforas aptas ao subsequente transporte marítimo. Esta situação explicaria a existência, em datas relativamente precoces, de *fundi* geridos através da figura jurídica da *cura* ou da *locatio conductio* (a evidência epigráfica não permite escolher entre estas duas opções; cfr. Correia, 2004c) agrupando provavelmente quer a produção agrícola quer a produção dos contentores, como virá a acontecer noutras zonas da Península e do Ocidente do Império em geral (Peyras, 1975).

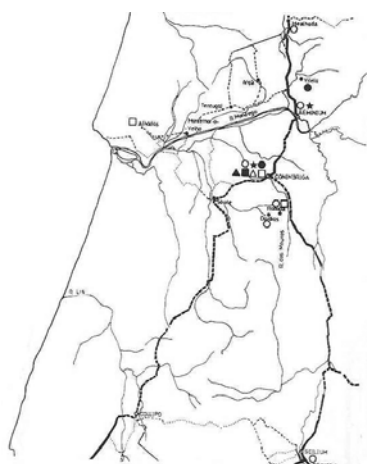
De uma forma indirecta, conhece-se também a esfera que *Conimbriga* centralizou nesta fileira económica. Está documentada a área em que os produtores de cerâmica de construção difundiram os seus produtos (Correia *et alii*, 2003) e é patente que as mesmas oficinas produziram muitas vezes tijolos, telhas e *dolia*; é portanto natural que fosse em toda essa área que se estende desde o norte de *Aeminium* a *Sellium*, no sul, que se encontrasse o manancial de produtos oleícolas centralizados em *Conimbriga*.

A situação que se pode reconstituir quanto à fileira vitivinícola é diferente.

Conimbriga importa ao longo do séc. I a.C. abundantes ânforas vinárias italianas e a situação mantém-se no primeiro período imperial, ainda que com uma sensível diversificação de mercados abastecedores, nomeadamente pelo reforço dos mais próximos, do sul da Península Ibérica, mas dá-se uma drástica redução das importações nos meados do séc. I d.C., o que corresponde certamente aos efeitos de uma implantação importante da vinha na região.

Por outro lado, nada indica qual o regime de produção ou os contentores utilizados neste cultivo e produção. Tratar-se-á de um regime diferente em natureza, ou será apenas o resultado da popularização da produção e transporte de vinho em tonéis e pipas (ainda que seja um argumento *ex silentio*; cfr. Étienne & Mayet, 2000, pp. 234-236)?

De qualquer forma o reforço da produção agrícola no território de *Conimbriga*, em função e por causa do reforço do papel central (económica e demograficamente) do *oppidum*, media-se por uma completa



3. Dispersão das produções de materiais cerâmicos de construção de Conimbriga (Correia et alii, 2003)

ordem de grandeza: a da introdução da cultura de rendimento. Outro elemento que foi sem dúvida importante terá também sido o do próprio impacto urbano, com a exploração da pedra – para cantaria e para a produção de cal – de argila e de madeira para construção e, em segunda linha, a deflorestação provocada pelo funcionamento das termas da cidade (Correia & Reis, 2000).

Do ponto de vista das infraestruturas económicas no tecido urbano da cidade, sabemos que a partir de finais do séc. I se dá uma importante translação no sentido da sua concentração, do seu afastamento dos principais eixos de circulação e se assiste a uma crescente importância da componente residencial aristocrática no centro da cidade (Correia, 2004b). Estaremos portanto perante uma situação de reforço significativo das capacidades económicas de uma oligarquia com acesso à cidadania através dos mecanismos do *ius Latii* concedido em 74 (Mommson, 1909, p. 69) em prejuízo de estruturas mais difusas que anteriormente existiam. É por isso muito interessante procurar nessa mesma data, no território envolvente, os processos evolutivos da propriedade e da exploração num sentido idêntico (Fig. 3).

TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE PÓS-CLÁSSICA

Uma considerável parte das mudanças no funcionamento tardio de *Conimbriga* tem a ver com a aplicação de normas oficiais, entre as quais a mais visível será a que conduziu à construção de novas defesas, ou à reconversão de espaços religiosos. Mas a par dessas imposições localizadas no espaço, verifica-se uma generalizada transformação de carácter doméstico, reflectindo um desvio ao enquadramento prévio. O urbanismo alto-imperial também havia sofrido evoluções nítidas, pelo que não deixa de representar uma abstracção, mas em geral não há dados que indiquem grandes rupturas nos eixos estabelecidos.

A primeira e mais monumental dessas rupturas consistiu na implantação de uma nova muralha urbana em época tetrárquica, cuja mais definidora característica tem a ver com a redução de perímetro. Embora comum a muitas outras cidades ocidentais, essa contracção de espaço amuralhado apenas em certa medida reflecte algo sobre o estatuto urbano, visto que as mais importantes das cidades lusitanas, como Mérida e Beja, não alteraram o percurso das suas muralhas. Salvo estas capitais regionais, a validação administrativa de pequenas cidades dependeria, de facto, do investimento em muralhas, por motivos de estatuto e defesa, mas acima de tudo para servirem de centros de recolha da *annona*, o imposto em géneros, que se revelou uma preocupação omnipresente e primordial na Hispânia tetrárquica.

Do ponto de vista topográfico, o que define a muralha de *Conimbriga* é a nítida preocupação em afectar apenas uma mínima parte do espaço construído, seguindo em simultâneo a configuração do terreno. O retraimento do perímetro original consistiu na validação do sector sul e noroeste do limite alto-imperial, ao longo de declives muito acentuados. Na zona do anfiteatro, a demolição parcial do edifício de espectáculos permitiu avançar com sobreposições, solução que se viria a repetir no inteiro lado oriental. Neste sector, a casa dos Repuxos, os espaços comerciais que ladeavam a via, a casa dos Esqueletos e a da Suástica, e por fim um complexo termal público foram invalidados num percurso de cento e vinte metros, entre o vale do rio de Mouros e o canal que se estende entre a casa dos Repuxos e o anfiteatro, passando sob o viaduto da porta secundária.

Esta reconfiguração geral foi precedida e acompanhada por uma dinâmica interna que se exprimiu por toda a cidade, mencionada já nos relatórios franco-portugueses. De facto, são várias as reconstruções tardias identificadas nas décadas de 1960 e 1970. A rua das Termas foi beneficiada por uma repavimentação tardia, numa articulação com a própria esplanada das termas. A generalidade das moedas achadas sob este piso data do século IV, e a mais tardia entre elas foi cunhada em 402 (Alarcão & Étienne, pp. 155-156). Tanto na praça a sul do *forum*, como na rua da pátera Emmanuel e nas ruas a Oriente e a norte do *forum* destaca-se uma sucessão de pavimentos tardios, o mais recente dos quais relacionável ao do sector das termas, reflectindo portanto um sério esforço urbanístico na transição do século IV para o V. Outros nivelamentos, já sem ligação nítida entre si, são atribuíveis a fases posteriores.

Na arquitectura doméstica, as interpretações são pouco homogéneas, indiciando sortes diversas para as casas de *Conimbriga*, o que aliás se aceitaria sempre como princípio teórico. A única constância evidente parece residir na ocasional compartimentação das plantas originais, formando em última instância um conjunto de núcleos monológicos separados entre si. Esta desconexão funcional é reconhecível na *insula* a oeste do *forum* e na do Vaso Fálco, embora nestes dois casos possa ser admitido, embora com reservas, uma série de paulatinas reconstruções pós-clássicas que não apontam necessariamente para o típico espaço polinuclear da Antiguidade Tardia. Por seu turno, a casa de Cantaber representa um bom exemplo de desarticulação doméstica, resultando numa casa de vizinhos, orientada nos pátios comuns dos antigos peristilos. A obstrução de eixos internos, associada à abertura de outros para o exterior, vai a par de uma quase instantânea passagem à polifuncionalidade dos espaços. Essa realidade pôde ser constatada através de uma pequena intervenção sobre o contexto de um forno metalúrgico, instalado sobre o mosaico de um compartimento (De Man, 2006, pp. 129-140). Alguma cerâmica ainda sem clara evidência pós-romana, mas acima de tudo a datação da fauna associada definiu um período de funcionamento centrado no século V.

A escavação de um espaço intra-muros permitiu identificar a sobreposição da muralha ao anfiteatro semi-demolido para o efeito. Outra intervenção próxima, levada a cabo em 1992-1993 por Virgílio Correia, havia posto a descoberto um *cavaedium* que se situaria originalmente na transição da *media* para a *summa cavea*, e que se situava, do lado meridional, à cota de circulação do planalto. Os trabalhos desde 2006 definiram a extensão do que se presume ser o mesmo nível de actividade, no qual se apoia um dos *vomitoria* sudoestes (De Man, 2006-2007, pp. 59-67). A fundação, em argamassa de cal, assenta no corredor, que tinha sido apenas parcialmente demolido, desse modo servindo de apoio mais firme. Ao longo da restante extensão existe uma fina camada argilosa de apenas alguns centímetros por baixo da argamassa, na qual foi recuperado um fragmento não orientável de “sigillata” africana Clara D. Todo este sector encontra-se nivelado por um depósito de *tegulae* e *imbrices*, num razoável estado de inteireza e que se articula com a cota de demolição e enchimento do *vomitorium*. Esta sucessão deu-se num reduzido espaço de tempo, isto é, corresponde a apenas um ciclo de acções, estimulado pela edificação da muralha, e que culminou na subsequente criação de um primeiro nível de circulação. Um dos níveis mais diferenciadores é muito tardia, datada de um período da Reconquista (De Man & Soares 2007, pp. 285-294), e provocou uma severa perturbação na estratigrafia, que de resto se apresenta bastante homogénea e praticamente horizontal. Perfurou todas as outras camadas, até incidir nos dois muros do *vomitorium*, que ficaram parcialmente afectados mas cuja resistência desmotivou uma escavação mais profunda. Entre estas unidades terminais destaca-se uma camada selada, cujo valor cronológico é muito significativo. De um ponto de vista físico, sobrepõe-se às camadas visigóticas, e a cerâmica é condizente com uma fase califal. É provável que se trate de uma equivalência com uma unidade identificada na sondagem de 1992, que continha vidrados islâmicos, a uma cota semelhante. Em boa verdade, nunca tinha sido negado uma residual actividade islâmica no sítio, aliás bem documentada, por exemplo, através dos elementos numismáticos publicados nas próprias Fouilles de *Conimbriga*. Essa presença, contudo, não implicaria em si uma ocupação doméstica efectiva do planalto. Mas fazem sentido quando associados aos múltiplos indicadores de traços islâmicos na cerâmica comum, incluindo várias lamparinas em bico-de-pato (Fig. 4).

O espaço urbano a que se convencionou chamar Bico da Muralha representa o limite ocidental da plataforma sobre a qual, em última instância, se viriam a instalar disposições defensivas romanas e tardo-antigas. Na verdade, a configuração do local conduziu a uma espécie de determinismo geo-estratégico, incidindo antes de mais, num sentido territorial, sobre o controlo do vale. E numa lógica estrita, acabou por definir a própria articulação da arquitectura defensiva, numa sequência comprovada desde o Alto Império, mas é verosímil que tenha existido uma estrutura da Idade do Ferro na mesma curva de nível. A inteira zona sofreu graves desordens estratigráficas, e uma série de sondagens não registadas anulou muitos níveis directamente associados à muralha. Destaca-se uma sugestiva mas pouco definida sobreposição de horizontes, cuja amplitude precede em muito a implantação da muralha e que se revela através de materiais avulsos das escavações antigas. Do ponto de vista urbanístico, trata-se de uma zona seccionada numa óbvia analogia defensiva com o recinto urbano, que por seu turno tinha sido formado, nos primeiros anos do

Ref. Lab.	Proveniência	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	Data ^{14}C (BP)	Data calibrada (cal AD)	
				1 σ	2 σ
ANFITEATRO					
Sac-1995	G17.41.3 - F. II	-35,7*	930±50	1040-1160	1020-1210
Sac-1997	G17.31.5 - F. II	-17,8	1180±45	775-930	710-975
Sac-2000	G17.31.5 - F. II	-24,1*	1060±40	900-1020	895-1025
Sac-1998	G17.36.3A - F. III	-21,7	1000±45	990-1150	905-1160
Sac-1996	G17.46.3A - F. III	-25,8	810±70**		
Sac-2003	G17.46.3A - F. III	-19,4	1050±55	900-1030	880-1150
Sac-1999	G17.41.3A - F. III	-20,0	1100±40	895-985	785-1020
CASA DO MEDIANO ABSIDADO					
Sac-2071	H10-Q.46-silo 1/est 3	-23,2	1160±35	780-945	775-970
Sac-2105	H10-Q.46-silo1/est 1	-21,0	1210±35	775-875	690-895
CASA DE CANTABER					
Sac-2109	34-silo 1996-est 1	-21,5	1200±45	770-890	690-960
Sac-2107	21-silo B-est 2	-20,0	1550±40	435-555	425-595
Sac-2070	22A-silo A-est 1	-23,1	1610±50	410-530	330-570

4. Datatação pelo radiocarbono de contextos tardios (De Man & Soares, 2007)

século IV, por uma delimitação artificial do esporão. A contemporaneidade dos lanços oriental e meridional afigura-se indiscutível, na medida em que apresentam um plexo estrutural, a nível do seu núcleo, ainda que uma reconstrução da segunda tenha resultado num apartamento da sua parte superior, culminando no deslocamento do canto. Esta junção desarticulada é um acréscimo intermédio, porventura representando uma tentativa de implantação de uma torre de canto, posterior à base do Bico, mas prévio à reconstrução das fiadas superiores da secção meridional. O propósito acabou por fracassar, na medida em que este novo elemento foi apenas sobreposto à muralha, sem assegurar a respectiva estabilidade através de uma correcta distribuição das cargas, tendo culminado numa desagregação estrutural. Ambos os lanços apresentam uma diferente composição, no aparelho e dimensões, além de se encontrarem adossadas à muralha; esta última constatação demonstra a conceitualização pós-romana deste recinto.

Com base nessa problemática, foi escavada uma área a sul da entrada (De Man, 2007, pp. 3-14). Acabaram por ser identificados três horizontes ocupacionais distintos, os menos antigos dos quais sem relevância para o entendimento da estrutura. Em época presumivelmente moderna, a configuração do local foi aproveitada para encostar uma pequena construção. As suas reduzidas dimensões não podem fazer pensar em outra função que não a de arrecadação. No momento de anulação da estrutura, ela cobria um depósito ordenado de telhas de meia-cana.

A individualização do segundo horizonte justificar-se-ia mesmo apenas pela sua posição estratigráfica, mas também o seu reflexo material representa um indicador concludente. Há provas concretas de ter existido uma actividade de tecelagem no local: uma das suas unidades continha uma extremidade de tempereiro em ferro, num muito razoável estado de conservação, tal como um fuso em osso e um peso de tear. Na hipótese cronológica mais alta possível, o tempereiro, enquanto objecto isolado, não será anterior ao século V mas deverá ser entendido num ambiente medieval; em *Conimbriga*, existem dezanove paralelos provenientes de camadas superficiais ou de destruição do *forum*.

Por seu turno, os níveis associáveis à construção da muralha do Bico apontam para um ciclo activo em *Conimbriga* por volta do século VI. Verificou-se uma ocupação imediatamente posterior, plenamente visigótica, com apenas uma ligeira interrupção estratigráfica, o que indica uma continuada actividade doméstica em contexto tardo-antigo. Os materiais cerâmicos associados ainda são de matriz tardo-romana, mas necessariamente de cronologia visigótica. Por outro lado, o enchimento da vala de fundação foi

perfurado por um silo com elementos atribuíveis a um horizonte activo em *Conimbriga* por volta do século VIII. A cerâmica gresosa, assimétrica e cozida a temperaturas baixas e inconstantes, é condizente com uma fase conimbrigense anterior à reaquisição dos traços de homogeneidade característico dos finais da centúria seguinte, e principalmente do reânimo, a torno rápido, associado ao século X.

Quanto à evolução arquitectónica, existe há muitos anos uma concepção que assenta na transformação da *domus* de *Tancinus* em basílica, e na reutilização do tanque central como baptistério. Ou seja, a basílica de *Conimbriga* seria uma adaptação de uma *domus ecclesiae*, ideia não descabida em teoria, apesar do cepticismo de autores como Palol (1967, pp. 168-169). Através de um projecto de colaboração com a Universidade Autónoma de Madrid, foi possível obter níveis selados na zona sul, em parte debaixo do percurso turístico, onde existe uma necrópole perfeitamente alto-medieval, datada pelo radiocarbono do século XI (De Man, Martins & Soares, no prelo), sobre níveis visigóticos, também de teor funerário. Verifica-se uma disposição canónica das sepulturas na direcção oeste-este, em cistas rectangulares ou mesmo tendendo para a forma elíptica. A recorrência a lajes laterais, com ou sem tampa, encontra paralelos portugueses desde o século X, acabando por generalizar-se pouco depois, o que se articula bem com as datações. O que surpreende é a aparente ausência de uma basílica propriamente dita, isto é, não há estruturas arquitectónicas ou deposicionais significativas entre a *domus* de *Tancinus* e as termas, por um lado, e a igreja alto-medieval, por outro (Martínez Tejera & López Quiroga, 2008). Ora, em tese seria, de facto, possível imaginar uma demolição de todas essas estruturas, mas por enquanto será preferível começar a apontar para uma sequência que ponha em questão a adaptação directa da casa em basílica paleocristã. A própria capela e eventual base de altar localiza-se sobre um eixo prolongado das termas, que com anterioridade à construção da muralha se estendia muito mais para Oeste.

As ligações funcionais ou indirectas entre *Conimbriga* e os núcleos subsidiários sofreram mutações constantes, variando de acordo com a intensidade comercial entre os sítios, mas também com as respectivas dinâmicas internas. É razoável admitir que *Conimbriga* tenha funcionado como centro fiscal primário até um período visigótico avançado, pelo menos atingindo os finais do século VI e a muito discutida transferência episcopal. Uma tal centralidade administrativa baseava-se numa reciprocidade com o mundo peri-urbano, sobre a qual se estruturava a inteira lógica económica mas que não era um conceito estático. Uma visão talvez demasiado extrema sobre os centros rurais da tardo-antiguidade ocidental baseia-se numa manutenção de antigas *villae* até o século IX, após o qual se teria concretizado uma concentração de habitat, em detrimento da herdada dispersão romana. O primitivo povoamento islâmico, focado essencialmente em Coimbra, e nalgum povoamento tribal mais ou menos complementar, de início não teria alterado este enquadramento. Mas exceptuando algumas legitimações através da conversão religiosa, como resulta bem claro em S. Cucufate, o fim dos núcleos rurais de inspiração romana parece ter-se concretizado num estágio bastante mais prematuro, nomeadamente por volta dos princípios do século VII. Esta generalização deve ter em conta variâncias regionais, e mesmo em torno de *Conimbriga*, as únicas duas *villae* escavadas nas Terras de Sicó, Rabaçal e Santiago da Guarda, apontam para realidades opostas, não deixando porém de ser indicativo que as restantes duas dezenas de núcleos identificados parecem carecer de continuidades estruturantes, encontrando-se perfeitamente desenquadradas das primeiras aldeias e vilas medievais.

Por outro lado, a concentração precoce, redistribuindo o povoamento numa coerência muito distinta da precedente, pode ter feito uso de posições estratégicas em funcionamento na Antiguidade Tardia, validando desse modo uma tendência. Seria, de facto, muito duvidoso que a passagem de modelos territoriais se tivesse manifestado numa ruptura. Assim, locais como Soure e Ega, fundamentais na Reconquista, fornecem indícios muito sugestivos quanto à sua vitalidade paleocristã. Já D. Fernando de Almeida (1966, pp. 3-4) apontara a absoluta semelhança ornamental entre uma verga do castelo de Soure e uma peça de Eira Pedrinha, depositada em *Conimbriga*, ambas decoradas com hastes de videiras com cachos de uvas. A fortificação de Soure parece ter sido edificada com recurso a material romano, sendo conhecida há muito a epigrafia incrustada no paramento (Correia & Gonçalves, 1952, p. 214). O foral de 1111 foi outorgado após pelo menos uma destruição do sítio, evidenciando uma importante concentração de habitat com anterioridade a esse momento. Um pouco mais tarde, a doação de D. Teresa aos Templários, de 1128, mencionava «*castello (...) quod Saurium vocatur*» (Barroca, 1996-1997, p. 172), e o

topónimo enquadra-se bem numa etimologia latina, não sendo descabido admitir uma precedência. Também a Ega, outro castelo templário, pode ter evoluído a partir de uma lógica de concentração já tardo-antiga, sobre uma elevação que domina o espaço visual até à estrada para os territórios do sul.

Através de uma conservação locativa ou não, a paisagem de época visigótica acabou por privilegiar ou permitir aglomerações populacionais sem equiparação clássica. Em sentido estrito, essa tendência nunca havia sido radicalmente anulada, como o prova a manutenção de castros setentrionais, e a sua rápida reorganização durante o século V, a ponto de se tornarem os únicos aglomerados contrapostos às cidades fortificadas, a julgar por Idácio de Chaves. Mas essa realidade não terminou com a relevância das *villae*, que se manteriam, de acordo com padrões regionais próprios, em funcionamento durante pelo menos mais um século, o que se constata através de importações muito tardias em locais sem relevância alto-medieval.

Um desses sítios localiza-se no Rabaçal, onde alguns materiais cerâmicos são sem dúvida pós-romanos, mas cuja reduzida potência estratigráfica em antigos campos de cultivo impede a identificação de um verdadeiro ciclo terminal. A construção da *villa* é estimada em torno do século IV por quem escavou o sítio, e a ocupação do complexo não parece ter ultrapassado dois séculos de duração, embora haja provas de uma actividade funerária que se presume mais tardia (Pessoa, 1998, p. 57). Algumas construções parasitárias sem qualquer pretensão de axialidade, assim como o próprio compartimento cruciforme e a torre, anexos talvez mais tardios (sobre esta questão, agradecem-se as observações pessoais de Ricardo Santos), fazem acreditar em reformas localizadas num período pós-romano, considerando o próprio intervalo construtivo tardio do complexo. Enquanto centro activo de povoamento, porém, a *villa* do Rabaçal não atingiria o período islâmico, carecendo de materiais de uso quotidiano posteriores à Antiguidade Tardia.

A incapacidade em manter uma descentralização territorial, baseada em explorações privadas complementares a *Conimbriga*, revela uma transformação na esfera económica mas também na da segurança. A discutível fortificação de *villae* na Lusitânia, mesmo a ser tomada como factual, não permitiria manter um funcionamento em moldes romanos durante os séculos V ou VI. A tendência de agrupamento em torno de locais elevados revela algo sobre a vontade das elites rurais, mas também sobre a condição e mobilidade de trabalhadores livres mas adscritos a um senhor. Esta polarização alto-medieval, apesar de não resultar de um planeamento centralizado abrupto, concretizou-se em duas ou três gerações de progressiva adaptação a um novo padrão social.

O período de domínio muçulmano parece ter mantido estabilizado as estruturas rurais existentes, numa zona de fronteira onde durante dois séculos foi mantido apenas uma grande testa-de-ponte em Coimbra. As ocupações rurais, contudo, não se limitaram a uma expressão totalmente subordinada, havendo provas de núcleos dominantes. O próprio sítio de *Conimbriga* tinha servido de reduto minimamente dissuasor contra um exército de Almansor (Gomes, 2000, p. 123), o que reflecte, mais do que um refúgio temporário, uma densidade ocupacional permanente com múltiplas ocupações medievais comprovadas por escavações recentes. Por outro lado, um documento recolhido no Livro Preto da Sé de Coimbra permite atestar a existência de um núcleo de povoamento em torno *Conimbriga*. Trata-se de uma doação testamentária de 1086 (fl. 88-88v., doc. 170), que estabelece uma delimitação *subtus castro Antoniol, territorio civitatis Condeixe* (Rodrigues & Costa, 1999, pp. 271-273). A propósito de Antanhol, junto ao antigo acampamento romano localizar-se-ia uma fortificação alto-medieval, possivelmente de maior dimensão que uma mera atalaia. Um documento de 1194 define um espaço «in turrem de Antoniol», construção dotada de uma muralha, de acordo com a descrição de pormenor: *in circuito ipsius turris*. Quanto à *civitas Condeixe*, a hipótese de se tratar já de Condeixa-a-Nova é razoável, embora a existência de uma paróquia do século XI em *Conimbriga*, comprovada pela extensa necrópole, obriga a procurar o centro administrativo nesse local. Nada impede, porém, que entretanto Condeixa-a-Nova, localizada sobre a via romana para sul, se tivesse desenvolvido de forma considerável. Num documento da mesma época (Alarcão, 2004, p. 27), um certo Suleimão Alafla relatava a colaboração do seu avô Ezerag de Condeixa, recém-convertido ao Islão, com o exército de Almansor que atacou Coimbra em 987. Essa descrição é importante, em primeiro lugar, porque evidencia uma comunidade meritocrática de substrato cristão, beneficiada pelo poder muçulmano. Do ponto de vista do povoamento, resulta claro a partir do texto que os Cristãos de Condeixa viviam em villas, reflexo já do abandono da inspiração romana, e da tendência para a povoação nuclear.

Na origem do castelo do Germanelo existe uma nítida preocupação geoestratégica com a “Estrada de Coimbra”, eixo viário de origem pré-medieval que corresponde em larga medida ao troço de estrada romana entre *Conimbriga* e *Scallabis*. Na verdade, após a criação dos municípios de Soure, em 1111 e de Penela, em 1137, restava uma larga faixa de território intermédia que ligava Coimbra ao sul, e que era denominada por Ladeia. Este corredor foi palco de uma presúria por Fernando Peres, entre 1130 e 1138, antes de o próprio D. Afonso Henriques ter comandado um fossado em 1139, que ficou para a História, precisamente, como o “fossado da Ladeia”, indicando implicitamente a existência de Mouros na zona (Arnaut, 1982, pp. 237-238). A delimitação do concelho do Germanelo, criado na imediata sequência da construção do castelo, foi situada com razoabilidade entre os anos de 1142 e 1444. De facto, o foral afonsino, incluído no Livro Preto da Sé de Coimbra (fl. 222-22v., doc. 577; Rodrigues & Costa, 1999, pp. 772-774), definiu os limites oriental, setentrional e ocidental, deixando as terras do sul sem fronteira, declaradamente com o intuito de serem conquistadas aos Mouros. A Crónica dos Godos mencionou a construção do castelo no ano de 1142, com o fundamento de ser necessário proteger os Cristãos do Germanelo, de Alvorge e da Ateanha. É muito provável que existisse no monte uma defesa anterior ao castelo afonsino, visto que as escavações antigas puseram a descoberto uma série de elementos de cronologia romana (?) inseridos na argamassa medieval, ainda que tais materiais não fossem obrigatoriamente provenientes do Germanelo. Mas a constatação de alguns muros cortados pelo alicerce da muralha e a abundância de cal nas construções internas mas não na muralha obriga a reconhecer uma pré-existência indefinida. Apesar das diversas intervenções no local, o único relato publicado será, salvo erro, o de Arnaut (1982, pp. 231-256), que representa um óptimo relato dos dados conhecidos. Em torno da fortificação distinguem-se níveis de socacos artificiais, cuja complexidade aumenta de acordo com o menor declive do terreno. Assim, Arnaut identificou três socacos do lado nascente, e apenas um a poente, a norte e a sul, não havendo qualquer alteração nas partes intermédias mais íngremes. A existência de uma porta do lado oriental parece razoavelmente conclusiva. O acesso era indirecto, com um corredor de acesso paralelo ao troço de muralha meridional. Do lado oposto subsiste uma pequena interrupção na muralha, numa relação indefinida com um muro interior de feição côncava, com uma pequena abertura própria. A inteira disposição foi interpretada como eventual segunda porta, protegida por um anteparo interno. A cisterna tem um diâmetro de um metro e setenta, e apresenta três e meio de altura, encontrando-se argamassada com cal hidráulica. As estruturas internas dispunham-se em torno de uma praca central, e os respectivos muros apresentam uma grande fragilidade, sendo a sua altura original pouco maior do que a actual, reflectindo uma arquitectura essencialmente baseada em madeira. Na zona setentrional, o derrube de um telhado numa estrutura doméstica selou um conjunto de pontas de seta, cuja concentração obriga a considerar um depósito de armamento no local. A sul, a estrutura arredondada foi interpretada como o forno comum, com lareira adossada por fora, devido à grande concentração de cinzas e aos indicadores de fortes alterações térmicas na pedra. No meio da praca central foi escavado um silo de terras escuras que continha uma grande quantidade de ossos de animais de grande porte, incluindo uma cabeça (de cavalo?) ainda arreada. Outro local de despejo situava-se imediatamente fora das muralhas, diante da porta principal, onde outra camada escura revelou conchas, ossos e uma ponta de seta.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. (1974). *Cerâmica Comum Local e Regional de Conimbriga*, Suplementos de Biblos, 8, Coimbra: Faculdade de Letras.
- Alarcão, J. (2004). *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*, Trabalhos de Arqueologia, 38, Lisboa: IPA.
- Alvarez Sáenz de Buruaga, J. (1976). “La fundación de Mérida”, in *Augusta Emerita* (Actas del Simposio Internacional Commemorativo del Bimilenario), pp. 43-60, Madrid.
- Almeida, F. (1966). “Pedras visigóticas em Soure”, *Ethnos*, 5, pp. 413-416.
- Arnaut, S.D. (1982). “O castelo de Germanelo”. *Anais da Academia Portuguesa da História*, II s., 28, pp. 231-256.
- Araújo, A. S. & Cardoso, J. (1991). *História das Guerras da Ibéria de Apiano* (Braga, Liv. Cruz, Sep. de *Itinerarium*, ano 37 n. 139).

- Barroca, M. (1996-1997). "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII". *Portugalia*, n.s., 17-18, pp. 171-209.
- Bendala, M. (2004). "Conimbriga en la transformación urbana de la Hispania protohistórica a la romana", in V.H. Correia (Ed.), *Perspectivas sobre Conimbriga*, pp. 13-33, Lisboa: Âncora-Liga de Amigos de Conimbriga.
- Carillo, J.R., Hidalgo, R., Murillo, J.F. & Ventura, A. (1998). "Córdoba de los orígenes a la antigüedad tardía", in *Córdoba en la Historia: la construcción de la urbe* (Actas del Congreso, 20-23 Mayo 1997), pp. 23-60, Córdoba.
- Correia, V. & Gonçalves, A. (1952). *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Coimbra*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.
- Correia, V.H. (1993). "Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo-Vale do Mondego", in A.A. Tavares (Ed.), *Os fenícios no território português*, Estudos Orientais IV, pp. 229-284, Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa.
- Correia, V.H. (1998). "Arqueologia da urbanização". *O Arqueólogo Português*, s. IV, 16, pp. 111-121.
- Correia, V.H. (2004a). "Moeda, epigrafia e identidade cultural no ocidente peninsular pré-romano", in F. Chaves Tristan & F.J. García Fernández (Eds.), *Moneta Qua Scripta. La Moneda Como Soporte de Escritura*, Anejos de Archivo Español de Arqueología, 33, pp. 267-290, Madrid: CSIC.
- Correia, V.H. (2004b). "Coexistência e revolução. Urbanismo e arquitectura em Conimbriga (séc. I a.C.-III d.C.)". in M.C. Lopes & R. Vilaça (Eds.), *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*, pp. 261-298, Coimbra: C.E.A.U.C.P.
- Correia, V.H. (2004c). "Os oleiros de Conimbriga". *Conimbriga*, 43, pp. 215-226.
- Correia, V.H. (2005). "Grafitos oficiais sobre talhas de Conimbriga", *Ficheiro Epigráfico*, 356, Suplemento de *Conimbriga*, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- Correia, V.H. & Buraca, I.S. (no prelo). "As ânforas de Conimbriga e as estruturas económicas da cidade romana", in R. Venâncio (Ed.), *Simpósio sobre as ânforas da Lusitânia*, Peniche: C.M.P.
- Correia, V.H., Coroado, J., Fernandes, L.S., Ruivo, J. & Triães, R. (2003). "Produção e difusão de cerâmicas industriais em Conimbriga e territórios limítrofes", in J.G. Gorges, E. Cerrillo & T. Nogales Basarrate (Eds.), *IV Mesa Redonda sobre a Lusitânia*, pp. 297-320, Cáceres: Universidad Extremadura.
- Correia, V.H., De Man, A. & Pereira, R. (2008). "Dinâmicas urbanas e rurais nas Terras de Sicó: alguns estudos de caso para a elaboração de um projecto", in *Simpósio Ibero-americano - Património geológico, arqueológico e mineiro em regiões cársicas*, pp. 231-237, Batalha: SEDPGYM.
- Correia, V.H. & Reis, M.P. (2000). "As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana", in C.F. Ochoa & V.G. Entero (Eds.), *Termas romanas en el Occidente del Imperio*, pp. 271-280, Gijón: VTP edit.
- De Man, A. (2006). "Transformação metalúrgica na Casa de Cantaber", in *III Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*, pp. 129-140, Porto: SEDPGYM / IPPAR.
- De Man, A. (2006-2007). "Novos elementos pós-clássicos do anfiteatro de Conimbriga". *Portugalia*, pp. 27-28, 59-67.
- De Man, A. (2007). "The Late Urban Fort of the Bico da Muralha, Conimbriga (Portugal)", in *Mediterranean Archaeology & Archaeometry*, 7, 1, pp. 3-14.
- De Man, A., Martins, J. & Soares, A.M.M. (no prelo). "A datação pelo radiocarbono de contextos funerários da denominada basílica paleocristã de Conimbriga". *Arqueologia Medieval*.
- De Man, A. & Soares, A.M.M. (2007). "A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10, 2, pp. 285-294.
- Étienne, R. & Mayet, F. (2000). *Le vin hispanique*, Paris: De Boccard.
- Étienne, R. & Mayet, F. (2004). *L'huile hispanique*, Paris: De Boccard.
- Ettlinger, E., Hedinger, B., Hoffmann, B., Kendrick, P.M., Pucci, G., Roth-Rubi, K., Schneider, G., v. Schnurbein, S., Wells, C.M. & Zabehlick-Scheffenecker, S. (1990). *Conspectus formarum terrae sigillatae italico modo confectae* (Bona, Dr. Rudolf Habelt GMBH, *Materialien zur Römisch-Germanischen Keramik* 10).
- Faria, A.M. (1989). "Sobre a data da fundação de Pax Iulia". *Conimbriga*, 28, pp. 101-109.
- Fishwick, D. (2000). "A new forum at Corduba". *Latomus*, 59, 1, pp. 96-104.
- Fouilles I = Alarcão, J. & Etienne, R. (1977). *Fouilles de Conimbriga I. L'architecture*, Paris: M.A.F.P./M.M.C.

- Fouilles II = Etienne, R., Fabre, G., Lévêque, P. & Lévêque, M. (1976). *Fouilles de Conimbriga II. Epigraphie et sculpture*, Paris: M.A.F.P./M.M.C.
- Fouilles III = Pereira, I., Bost, J.P. & Hiernard, J. (1974). *Fouilles de Conimbriga III. Les monnaies*, Paris: De Boccard.
- Fouilles IV = Delgado, M. (1975). *Fouilles de Conimbriga IV. Les sigillées*, Paris: De Boccard.
- Fouilles V = Alarcão, J. (1975). *Fouilles de Conimbriga V. La céramique commune locale et régionale*, Paris: De Boccard.
- Fouilles VI = Alarcão, J., Delgado, M., Mayet, F., Alarcão, A.M. & Ponte, S. (1976). *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*, Paris: De Boccard.
- Lopes, L.S. (2000). “Tentativa de sistematização da historiografia de *Talábriga*”. *Al-Madan*, n.s., 9, pp. 28-38.
- Lopes, M.C. (2003). *A cidade romana de Beja*, Anexos de Conimbriga, 3, Coimbra: Inst. Arqueologia.
- Lott, J.B. (2004). *The neighborhoods of Augustan Rome*, Cambridge: University Press.
- Loyzance, M.F. (1988). “A propôs de Marcus Cassius Sempronianus Olisiponensis, *diffusor olearius*”, in *Hommage a Robert Etienne*, pp. 273-284, Paris: De Boccard, Publications du Centre Pierre Paris, 17.
- Martínez Tejero, A.M. & Quiroga, J. (2008). “La configuración de un complejo cultural cristiano en la *domus* de *Tancinus* en la Antigüedad Tardía: un problema historiográfico de compleja lectura arqueológica”, in *Conimbriga Medieval, La ocupación postromana de la domus de Tancinus (Conimbriga, Condeixa-a-Velha, Portugal), Excavaciones Arqueológicas 2004-2007*, BAR International Series, 10186, Oxford: Archaeopress.
- Mommsen, T. (1909). *The provinces of the Roman Empire*, New York.
- Palol, P. (1967). *Arqueología Cristiana de la España Romana, siglos IV-VI*, España Cristiana, Serie Monográfica, Monumentos, 1, Madrid, Valladolid: Instituto Enrique Flórez.
- Pessoa, M. (1986). “Subsídios para a carta arqueológica do período romano na área de *Conimbriga*”. *Conimbriga*, 25, pp. 53-73.
- Pessoa, M. (1998). *Villa romana do Rabaçal. Um objecto de arte na paisagem*, Penela: Câmara Municipal de Penela.
- Peyras, J. (1975). “Le *fundus aufidianus*: étude d'un grand domaine romain de la région de Mateur (Tunisie du Nord)”. *Antiquités Africaines*, 9, pp. 181-222.
- Rodrigues, M.A. & Costa, A.J. (1999). *Livro Preto, Cartulário da Sé de Coimbra*, edição Crítica, texto Integral, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Rodríguez Neila, J.F. (1976). “Consideraciones sobre el concepto de *vicus* en la Hispania Romana. Los *vici* de Corduba”. *Corduba*, 2, pp. 101-118.
- Ruivo, J.S. (1997). “Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do séc. III”. *Nvmmvs*, II s., 16-20, pp. 7-176.

